

FAMÍLIA E MULHERES: REPRESENTAÇÕES DOCENTES E IMPLICAÇÕES SOBRE GÊNERO

Fabiane Freire França¹

Viviane Cristina Ferreira Gloor²

Recebido em: 15/08/2013 | Aceito em: 14/10/2013

Resumo: O presente artigo apresenta os principais resultados referentes a um projeto realizado entre 2011 e 2012 com docentes de uma escola municipal de Campo Mourão, Paraná. O intuito do trabalho foi o de investigar as representações das professoras participantes da pesquisa no que diz respeito às mulheres e à família, tendo como objeto de estudo as narrativas apresentadas em sala de aula e nos encontros estabelecidos para discussão de alguns temas geracionais, a citar: gênero, sexo e sexualidade na educação escolar. Fundamentando-se em literatura especializada (BOURDIEU, 2010; LOURO, 1997; 2007) e nos pressupostos teórico-metodológicos dos estudos de gênero, que nos apresentam um panorama sobre as mulheres e a constituição da família ao longo da história, foram realizadas observações no campo de atuação das docentes e um grupo de estudos quinzenal com as mesmas. As narrativas expostas permitiram responder quais eram as representações sobre família e mulher apresentadas por professoras das séries iniciais do ensino fundamental no atual contexto educacional e, sobretudo, possibilitaram concluir que, apesar de reconhecerem que a divisão sexual do trabalho hierarquiza as relações entre gêneros, as professoras ainda legitimam a posição de subordinação das mulheres.

Palavras-chave: Educação; Família; Gênero; Mulheres.

FAMILY AND WOMEN: REPRESENTATIONS TEACHERS AND IMPLICATIONS ON GENDER

Abstract: This article presents the main results of a project conducted between 2011 and 2012 with teachers from a public school in Campo Mourão, Paraná. The purpose of the study was to investigate the role of the teachers participating in the project with regard to women and the family, having as object of study the narratives presented in the classroom and in meetings set to discuss some generational issues, quote: gender, sex and sexuality in school education. Basing on literature (BOURDIEU, 2010; LOURO, 1997, 2007) and the theoretical and methodological assumptions of Gender Studies, we present an overview of woman and family formation throughout history, observations were made in the field of performance of teachers and a study group with the same fortnight. The narratives presented which were allowed to respond on the representations made by family and female teachers of the lower

¹ Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (2005). Mestre em Educação pela mesma instituição (2009) com pesquisa voltada à formação de professores e o conceito de gênero. Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual do Paraná campus de Campo Mourão, UNESPAR-FECILCAM. E-mail: <prof.fabianefreire@gmail.com>

² Graduanda do 4º ano do curso de Pedagogia. Foi bolsista de PIBIC pelo Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar - NUPEM/FE-CILCAM entre os anos de 2011-2012. E-mail: <vivi_gloor@hotmail.com>

grades of elementary school in the current educational context and, especially, showed that, while acknowledging that the sexual division of labor hierarchical relations between genders, the teachers still legitimize the subordinate position of women.

Keywords: Education; Family; Gender; Woman.

Introdução

O presente artigo tem por finalidade explicar os pontos mais relevantes referentes a um projeto realizado entre 2011 e 2012, que teve como objetivo investigar as representações sociais que as professoras das séries iniciais de uma escola municipal de Campo Mourão, Paraná, têm a respeito de família e mulheres. O tema proposto como objeto de estudo é produto de uma análise teórica no que diz respeito às mulheres e ao seu papel em meio à sociedade atual, papel este que foi (e ainda é em vários níveis e instâncias) durante muito tempo discriminado, silenciado e discutido a partir do prisma androcêntrico³. Desta forma, a mulher, em vários aspectos de sua humanidade, foi invisibilizada ao longo da história em detrimento da cultura e do poder em que se encontrava inserida.

Atualmente, a dificuldade no âmbito escolar não é abordar essa história, mas problematizá-la e trabalhá-la de forma crítica, considerando que a opressão de mulheres e o estereótipo de família concebido não é algo que se configura como natural, mas uma “construção” resultante de um processo sócio-histórico-cultural. Passível, portanto, de desestabilização, desconstrução e transformação.

A organização metodológica pautou-se no campo dos estudos de gênero com aporte aos estudos culturais (LOURO, 2007; SILVA, 2004). Como aponta Silva (2004), os estudos culturais preocupam-se com questões como cultura, significação, identidade e poder, todas conectadas entre si buscando a desconstrução do processo de naturalização que se formalizou na sociedade e propiciando um olhar crítico às narrativas e ações cotidianas dos sujeitos.

Neste sentido, os estudos culturais podem oferecer possibilidades que garantam às/aos educadoras/es a reflexão sobre a teoria e prática educacionais e sobre o significado de educar as/os futuras/os profissionais da escola, de forma a atender às novas demandas sociais que, cada vez mais, afetam o cotidiano escolar. Assim, entra em jogo “[...] a tentativa para *produzir novas metodologias e novos modelos teóricos* para analisar a produção, a estrutura e a troca de conhecimentos.” (GIROUX, 1995, p. 90-91, grifos meus).

Ao longo do texto serão analisadas algumas representações, inferidas pelas falas das docentes nas observações dentro de seu âmbito escolar e, sobretudo, durante o grupo de estudos. Ministrado pela orientadora do projeto, o grupo constituiu-se em um curso para as docentes que aceitaram o convite de participar da pesquisa e funcionou por meio de temáticas sobre o gênero em que as participantes eram convidadas a dialogarem ou realizarem atividades propostas pela coordenadora do grupo.

³ O androcentrismo é um termo introduzido por feministas que diz respeito às perspectivas que levam em consideração o homem numa visão masculina como foco de análise do todo – homem como centro (BONNICI, 2007).

Gênero: sócio-historicidade e divisão social de papéis⁴

Convém, para melhor compreensão das discussões que se seguem ao longo do artigo, explicar as diferenças entre gênero, sexo e sexualidade, que, apesar de apresentarem aspectos comuns, possuem suas peculiaridades: a) sexo diz respeito ao biológico do indivíduo, isto é, ser macho ou fêmea, possuir órgãos sexuais e capacidades reprodutivas adequadas a cada sexo; b) sexualidade remete ao termo sexo, sendo a representação que o indivíduo faz de suas características sexuais e, portanto, constitui-se em uma construção pessoal e contextualizada (sociopolítica-cultural) do que e em quem nos tornamos; e c) gênero também é uma construção, mais ampla do que a sexualidade, pois envolve um processo social das concepções de masculinidade e feminilidade constantes em cada sociedade em determinado tempo histórico e que influi na concepção do indivíduo (LOURO, 1997).

Levamos em consideração que, ao se falar sobre gênero, tratamos também de relações de poder, de teorizações políticas que em si carregam concepções, representações, interpretações, perspectivas, justamente o que se procura relatar nesta análise (SILVA, 2004). Tal organização não almeja apresentar a constituição de categorias fixas de análise, mas, pelo contrário, pretende evidenciar as narrativas dos sujeitos participantes da pesquisa e problematizar conceitos e ações que nos parecem naturais.

Ainda mais do que o espaço material, é a palavra e a sua circulação que modelam a esfera pública. [...] A ideia de que a natureza das mulheres as destine ao silêncio e à obscuridade está profundamente arraigada em nossas culturas. Restritas ao espaço do privado, [...], as mulheres permanecem, durante muito tempo, excluídas da palavra pública. A opinião revela-se, no entanto, cada vez mais decisiva na constituição e no funcionamento da democracia. Sem o poder, como as mulheres ganharam influência nas redes durante tanto tempo dominadas pelos homens? [...] Ainda que permaneçam restritas a tarefas subalternas, elas se inseriram em todas as formas do escrito (PERROT, 1998, p. 59).

Devido às condições sociais, políticas e econômicas que estão sendo delineadas desde a Revolução Industrial, a mulher reverte o seu papel sexual, começa a se tornar visível na história contemporânea a partir, principalmente, dos estudos iniciados pelas feministas no final da década de 1960. Esse processo de visibilidade vem sendo realizado, segundo Louro (1997), há muito tempo por camponesas e mulheres da classe trabalhadora que exerciam suas atividades fora de casa, atividades que, no entanto:

[...] eram quase sempre (como *são* ainda hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, ‘de apoio’, de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação (LOURO, 1997, p. 17, grifos da autora).

A este respeito, Hall (2005) salienta que o feminismo foi um movimento social e político especialmente único no desencadeamento do processo de desestabilização nas relações entre gêneros, pois o questionamento e a contestação possibilitaram a politização de arenas inteiramente novas de vida social, promovendo uma maior simetria social entre os gêneros requerida pelas mulheres, mas que ainda não se encontra devidamente equalizada. Contudo, como afirma Scott (1995), mesmo que a história da mulher esteja sendo incluída como objeto de estudo, vem se confrontando com o “dilema da diferença”: ao ser

⁴ “Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas” (LOURO, 1997, p. 23-24).

estudada sofre uma comparação com a história dos homens. Tal qual afirma Durham (1983), a crítica e a proposição de alteração da posição da mulher na sociedade – condicionada pela divisão sexual do trabalho – parte do pressuposto de que se origina como uma construção social arbitrária e não como resultado imutável de condicionamentos naturais ou biológicos.

Assim como a mulher, as famílias mudam ao longo dos ciclos de vida de seus membros e, por razões históricas e culturais, diferentes maneiras de vida familiar se desenvolveram e se desenvolvem, fazendo com que o termo “família” seja agora utilizado para descrever arranjos domésticos diversos daqueles que eram, em um dado momento, a “norma” (WEEKS, 2000).

De acordo com Albornoz (1985), antigamente, predominava a autoridade do pai; na atualidade, a situação da mulher transforma-se em meio à sociedade: a utilidade social da tarefa doméstica perde prestígio, criando novas chances profissionais para as mulheres. As décadas de 1960 e 1970 são compreendidas de maneira especial devido ao movimento feminista: é neste momento da história que a mulher passa a ser considerada, ressaltada e afirmada, levando em conta seu posicionamento frente à sociedade, suas novas configurações, funções e discursos.

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e à violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família. (COSTA, 2013, p. 9).

É preciso reafirmar: a história do trabalho feminino é inseparável da história da família, das relações entre os sexos e de seus papéis sociais. A família, mais do que o trabalho que ela condiciona, é a verdadeira ancoragem da existência das mulheres e de suas lutas, o freio ou o motor de sua mudança. O trabalho, por si só, não pode libertá-las, ainda que possa contribuir para isso. Na verdade, o trabalho já libertou alguém? (PERROT, 2005, p. 244).

Não são as características biológicas que definem a distinção que se faz entre homens e mulheres, mas sim “[...] o que socialmente se construiu sobre os sexos [...].” (LOURO, 1997, p. 21), construção esta que deve ser observada para que se compreenda o lugar e as relações que se estabelecem entre homens e mulheres. Ao se falar sobre gênero, um dos termos principais deste artigo, não se tem a pretensão de negar a natureza biológica das identidades sexuais e de gênero, mas *ênfatiza-se*, deliberadamente, o seu caráter de construção sócio-histórica sobre as características biológicas dos sujeitos; concebe-se gênero como constituinte da *identidade* dos sujeitos, transcendendo, como declara Louro (1997, p. 25), “[...] o mero desempenho de papéis.” (grifos da autora).

Discussões, representações e análises sob a perspectiva de gênero: aspectos metodológicos e analíticos da pesquisa

Wortmann e Veiga-Neto (2001) assinalam que, na área da educação, as pesquisas baseadas nos estudos culturais relativizam o poder de verdade que está inscrito nas asserções e nos arranjos disciplinares e

se atentam para os processos em que se dá a produção e circulação de discursos, buscando mostrar como estes podem implicar a produção de significados, os quais, por sua vez, organizam e regulam práticas sociais, “[...] influenciando condutas e tendo efeitos ‘reais’ e práticos sobre elas [...]” (WORTMANN E VEIGA-NETO, 2001, p. 101).

Neste viés, a pesquisa contou com a participação de dezoito profissionais da educação, dentre professoras, orientadoras, funcionárias auxiliares e a diretora da instituição observada. Foram realizados com este grupo oito encontros para estudos que tiveram como proposta a discussão de temas relativos a gênero, sexo e sexualidade, tais como as posturas a serem tomadas diante de situações que envolvessem o assunto e o debate por parte das participantes. Os dados foram coletados das falas das professoras nos encontros, que foram gravadas (com a permissão das participantes) e posteriormente transcritas em caderno de campo. Os nomes das professoras que foram utilizados são fictícios, atendendo às solicitações do Conselho Nacional de Saúde e do Comitê de Ética da Universidade Estadual de Maringá (UEM). A coleta de dados ocorreu no segundo semestre de 2011 nas dependências da escola investigada ao fim do horário das atividades das participantes, 17h15 às 19h.

Para atender aos objetivos da presente pesquisa: investigar as representações de família e mulher de professoras das séries iniciais de uma escola municipal de Campo Mourão - PR, bem como as implicações de tais concepções na formação identitária dos sujeitos envolvidos no contexto docente da educação escolar atual, serão evidenciados alguns dos registros do caderno de campo acerca das falas das participantes durante o grupo de estudo, assim como algumas das situações observadas na escola. O referencial aqui selecionado – estudos culturais e estudos de gênero – propicia um olhar crítico às narrativas e ações cotidianas dos sujeitos da pesquisa com o intuito de problematizar o que é considerado natural e normal.

Iniciada a pesquisa e se revelando insatisfeitas com determinadas atitudes e ações cotidianas referentes aos tratamentos dados a homens e mulheres, as professoras disseram que se sentiam como que invadidas quando um homem realiza o trabalho que, consensualmente em sociedade, é considerado de mulher, tal como lecionar ou trabalhar em um salão de beleza, apontando para a já citada divisão sexual do trabalho.

Por solicitação da orientadora⁵ do grupo, as professoras deveriam escrever em um papel sulfite as diferenças que acreditavam existir entre homens e mulheres. Após a leitura das respostas, percebeu-se que a maioria delas relaciona os homens com qualidades mais ligadas ao racional e as mulheres são relacionadas a características mais emocionais. Esse mesmo aspecto foi fundamentado por Aranha (1990) – dentre outros autores (BOURDIEU, 2010; SAFFIOTI, 2004): a mulher com características que culminam no “instinto materno” (passiva e emocional) é contraposta ao homem racional (agressivo e empreendedor) e problematizar estas relações é um dos caminhos propostos para superação desta dicotomia.

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o polo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses polos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe *a mulher*, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras). (LOURO, 1997, p. 31-32).

⁵ Professora responsável pelo convite e organização do grupo de discussões e orientadora da presente pesquisa.

Comentou-se que parece haver maiores cobranças sobre a constituição da sexualidade do menino em relação à sexualidade da menina, pois, devido ao androcentrismo instaurado na sociedade, quando um menino diverge do padrão, o risco de ser excluído do grupo dos “homens” é muito maior do que quando uma menina diverge da “norma”, porque ela já pertence ao grupo dos dominados, das minorias, dos excluídos – as mulheres.

[...] a concepção fortemente polarizada dos gêneros esconde a pluralidade existente em cada um dos polos. Assim, aqueles homens que se afastam da forma de masculinidade hegemônica são considerados *diferentes*, são representados como *o outro* e, usualmente, experimentam práticas de discriminação ou subordinação. (LOURO, 1997, p. 48).

Para a professora Camila, participante do grupo de estudos, ambos (homem e mulher) podem possuir características que, socialmente, são ditas masculinas ou femininas. Em uma das discussões, essa mesma professora disse que o seu filho havia aprendido a ser homem com ela, pois ela foi pai e mãe ao mesmo tempo. Portanto, vê-se no exemplo dessa professora a possibilidade de ampliação das referências de papéis femininos e masculinos.

Em outra situação, esta mesma professora, num momento de sua aula na escola, disse o seguinte: “Nunca tive uma bicicleta. Meu pai passava a bicicleta do mais velho pro mais novo... Chegava em mim, a bicicleta *tava* acabada”. Nesta situação inferimos que o pai da professora pode ser considerado o líder da casa, tal qual nos padrões estabelecidos durante a história da humanidade, de que é o homem quem deve chefiar a casa e estabelecer as normas que a regem. Esta característica nos faz perceber que é possível – mesmo sendo influenciadas/os por papéis sexistas, patriarcais, hegemônicos – a construção de outras referências mediante a compreensão das relações de poder e da linguagem constituída como verdade. O referencial aqui privilegiado propõe esta possibilidade.

Historicamente, há uma distinção entre o campo público e o privado (o primeiro *convencionalmente* dedicado aos homens e o segundo, às mulheres) denominada de *divisão sexual do trabalho*, a qual, segundo a autora, assumiu variadas formas no tempo e no espaço.

Para Bourdieu (2010), funções e papéis que existem consensualmente na sociedade não são noções abstratas ou teóricas, mas são disposições que “[...] estão inscritas na fisionomia do ambiente familiar, sob a forma de oposição entre o universo público, masculino, e os mundos privados, femininos, [...]” (BOURDIEU, 2010, p. 72). Os estudos de gênero procuram desconstruir essa história para levar a um equilíbrio entre os papéis, a uma partilha de responsabilidades, entre as funções que ambos exercem.

O autor ressalta ainda que essa divisão simbólica tornou-se tão presente que foi legitimada por meio de uma relação de dominação do homem sobre a mulher, sendo reproduzida por meio da própria cultura (doxa) e como consequência a mulher tende a “excluir do universo do pensável e do factível tudo o que caracteriza pertencer ao outro gênero [...] para produzir este artefato social que é um homem viril ou uma mulher feminina” (BOURDIEU, 2010, p. 33).

As injunções continuadas, silenciosas e invisíveis, que o mundo sexualmente hierarquizado no qual elas são lançadas lhes dirige, preparam as mulheres [...] a *aceitar como evidentes, naturais e inquestionáveis prescrições e proscições arbitrárias* que, inscritas na ordem das coisas, imprimem-se insensivelmente na ordem dos corpos (BOURDIEU, 2010, p. 71, grifos meus).

Neste sentido, convém lembrar a fala da professora Larissa, que afirmou considerar-se bastante tradicionalista por entender que a família deve ser constituída por um homem e uma mulher. Além disso, esta docente diz que caso um/a de seus/suas filhos/as ou alunos/as não corresponda à “norma” (meninos masculinos e meninas femininas) ela vai tentar interferir de alguma forma e mostrar o que é o “correto”. Isso ocorre devido à incorporação/assimilação por parte da professora da ideologia androcêntrica/heteronormativa que faz com que indivíduos que fogem à norma sejam excluídos e colocados à margem dos processos produtivos sociais.

[...] imbuídas da ideologia que dá cobertura ao *patriarcado*, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo (SAFFIOTI, 2004, p. 102).

Após uma oficina sobre violência – em que as professoras deveriam escrever em um sulfite os tipos de violência que: a) elas sofreram; b) viram alguém sofrer e c) praticaram contra alguém, a professora Ivete levantou uma questão em sua fala que diz respeito ao tradicionalismo ainda presente em algumas famílias – como na dela, em que seu marido não deixa a sua filha sozinha com o namorado – e também sobre a questão da “pseudoliberalidade” que as mulheres conquistaram: “[...] mesmo quando as pressões externas são abolidas e as liberdades formais – [...] – são adquiridas, a autoexclusão e a ‘vocação’ [...] vêm substituir a exclusão expressa: [...]” (BOURDIEU, 2010, p. 52).

Com a reprodução do vídeo “Era uma vez outra Maria” (ECOS, 2006)⁶, as professoras notaram que a família e a consciência da mulher reproduzem a dominação masculina, o androcentrismo, em suas próprias palavras “O preconceito já vem de casa”. As professoras comentaram que os pais reforçam as atitudes que seus filhos devem ter e de que a responsabilidade sempre recai sobre a mulher, deixando-a sobrecarregada com as tarefas de casa, dos filhos, do trabalho, etc. Estas percepções vão ao encontro do anunciado por Bourdieu (2010), que na família se impõe precocemente a divisão sexual do trabalho.

Atualmente, existem maiores discussões sobre a constituição das identidades de homens e mulheres, bem como do papel da família. Mulheres e homens têm ocupado outros espaços nas esferas públicas e privadas; as mulheres têm desenvolvido trabalhos até então considerados exclusivamente de homens. As famílias têm apresentado outras combinações para além do casal mãe, pais e filhos/as; aumentaram novas modalidades de relacionamentos socioafetivos, ocorreram aprovações de leis sobre a discriminação por sexo, gênero e orientação sexual (BRASIL, 2007). Diante dessa reconfiguração, as professoras disseram que, apesar de ser cada vez mais frequente, é difícil enfrentar estas mudanças, sobretudo quanto a como trabalhar esta transformação dentro da sala de aula.

Considerações finais

Até pouco tempo atrás a história relatada nos espaços sociais e acadêmicos era vista a partir de uma perspectiva androcêntrica; com a modificação dos padrões sociais, políticos, econômicos e culturais, a forma como as famílias se configuram se modificou, influenciando nos papéis de homens e mulheres nos espaços

⁶ Um desenho animado sem falas que apresenta a história de uma menina chamada Maria, que nota a distinção na formação social e cultural de meninos e meninas; justamente por perceber tal diferença, ao lembrar sua infância e vivenciar conflitos na adolescência, Maria questiona a sua identidade na sociedade.

sociais. Portanto, o modo como a família se desenvolveu durante a história influiu (e influi) na maneira como são pensados, representados e (re)produzidos papéis de homens e mulheres na sociedade moderna.

Não somente modificaram-se os conceitos no campo do senso comum, como também se modificaram tais conceitos dentro do campo acadêmico: estudos que dizem respeito às mulheres começaram a ser discutidos, levando a uma produção elevada de trabalhos sobre o assunto. Tais trabalhos tiveram como referência os estudos multiculturais, objetivando problematizar a cultura tomada como natural, procurando percebê-la como histórico-cultural. O recorte do trabalho aqui apresentado evidencia este movimento.

Essas discussões são de suma importância para que padrões estereotipados de gênero, sexo e sexualidade não sejam naturalizados e sim compreendidos como construções sociais que se cristalizam nas representações de homens e mulheres. Deve-se reconhecer que o enraizamento das crenças culturais se constitui num desafio para o processo de desconstrução e o esclarecimento de determinadas questões como apenas um dos caminhos para melhor compreensão de que há diferentes pontos de vista envolvidos nos conhecimentos transmitidos socialmente, permitindo a desconstrução do poder hegemônico e a percepção da possibilidade de perspectivas sob outras análises e conjunturas.

Foi perceptível que, mediante o diálogo, as professoras abriram maiores possibilidades para a discussão dos temas geradores abordados na pesquisa, compreendendo que este é um assunto muito importante a ser trabalhado dentro da escola para que sejam quebradas barreiras de preconceito e para problematizar junto aos/às alunos/as o assunto, considerado tabu e, portanto, pouco discutido, tanto no âmbito escolar como no âmbito social.

No entanto, apesar de notarem que a sociedade hierarquiza as relações entre os gêneros, traduzidas principalmente na forma de divisão sexual do trabalho, as professoras ainda legitimam tal subordinação. Evidencia-se este fato quando afirmam que há tarefas destinadas a homens e outras destinadas a mulheres e quando dizem que se sentem invadidas em seu exercício de docente e quando vão ao salão de beleza e encontram um homem. Ignoram, de certa forma, que o mundo e, mais especificamente, a história da mulher passou por mudanças que não mais concebem e aceitam as formas tradicionais de relações de poder que anteriormente se faziam dominantes na sociedade: os papéis que foram determinados socialmente já não condizem com as reais funções que homens e mulheres exercem, seja no espaço privado ou no espaço público.

Estes resultados demonstram como as relações de gênero e, de forma particular, a história das mulheres, devem ser trabalhadas de maneira mais aprofundada na formação docente a fim de que o processo de ensino-aprendizagem não se dê por mera reprodução de ideias e valores. Propõe-se uma formação inicial e continuada que traga categorias de análise que levem docentes e discentes à reflexão e problematização das verdades instituídas formalmente.

Referências

- ALBORNOZ, S. (coord.). **Na Condição de Mulher**. Santa Cruz do Sul: Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985.
- ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1990.
- BONNICI, T. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos** (Cadernos Secad, vol. 4). Brasília: Secad, 2007.
- DURHAM, E.R. A família e a mulher. **Cadernos CERU**, São Paulo, número 18, 1ª série, maio de 1983, p. 7-47.
- ERA UMA VEZ OUTRA MARIA. Distribuído por ECOS Vídeo. SP, 2006. (20 min). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=6MEHILL1EZg>
- FRANÇA, F. F. **A contribuição dos estudos de gênero à formação docente: uma proposta de intervenção**. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2009.
- GIROUX, H. A. Praticando Estudos Culturais nas faculdades de educação. In: SILVA, Tomaz T. da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 85-103.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução de: Tomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 7-34.
- PERROT, M. **Mulheres Públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- _____. **As Mulheres ou os Silêncios da História**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru – SP: EDUSC, 2005. (Coleção História).
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente).
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, V. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

WEEKS, J. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WORTMANN, M. L. C.; VEIGA-NETO, A. **Estudos Culturais da Ciência & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.